

LIDERANÇA FEMININA

Construindo
ambientes seguros

Página 16

FAKE NEWS E ELEIÇÕES

Educação digital como
bandeira partidária

Página 08

RELÓGIO DO JUÍZO FINAL

Por que estamos em
contagem regressiva?

Página 12

ESCALA 6X1 COMO PAUTA DE ESTADO:

A rotina do trabalhador com menos dias de carga horária



EXPEDIENTE

Diretor da revista:
Elói Pietá

Coordenação da revista:
Carolina Gavino

Editor:
Samanta Costa
Stella Autuori

Supervisão:
Samanta Costa

Conteúdo:
Maria Eduarda Moutinho
Silvia Gomes
Elói Pietá
Henrique Cardoso

Projeto gráfico:
Maria Eduarda Moutinho

Diagramação:
Maria Eduarda Moutinho

Revisão:
Carolina Gavino

Realização:
Fundação 1° De Maio

Redução da Jornada semanal de trabalho

Sandoval Fernandes

Vice-presidente da Fundação 1º de Maio



O debate sobre o fim da jornada 6x1 ganhou força como uma resposta necessária às transformações do mercado de trabalho moderno e à saúde mental do trabalhador.

A transição para modelos mais flexíveis, como a jornada 4x3 ou 5x2, propõe que a redução do tempo em serviço não acarreta perdas econômicas, mas sim um ganho em eficiência e bem-estar. O desafio central reside em equilibrar a sustentabilidade das empresas com a dignidade humana.

Educação digital como bandeira partidária

Andrea Envall

Presidente da Fundação 1º de Maio



O enfrentamento das fake news no contexto eleitoral tornou-se o principal pilar para a manutenção da integridade democrática no século XXI.

Esse fenômeno, impulsionado por algoritmos de redes sociais, cria bolhas de desinformação que impedem o debate público saudável e fundamentado. Combater essa prática exige uma atuação conjunta entre a justiça eleitoral, as plataformas de tecnologia e a educação midiática da população.

Sumário

FIM DA ESCALA 6X1
*e redução da jornada de
trabalho semanal*

05.

Por Elói Pietá

FAKE NEWS E ELEIÇÕES:
*educação digital como
bandeira partidária*

08.

Por Henrique Cardoso Oliveira

RELÓGIO DO JUÍZO FINAL:
*por que estamos em
contagem regressiva?*

12.

Por Maria Eduarda Moutinho

**LIDERANÇA FEMININA E
RESILIÊNCIA:**
construindo ambientes seguros

19.

Por Maria Eduarda Moutinho
& Sílvia Gomes

SOBRE A FUNDAÇÃO
conheça o nosso trabalho

23.

ESCALA 6X1:

O FIM FICARÁ MARCADO NA HISTÓRIA



Elói Pietá

Diretor de Projetos e Programas
Políticos da Fundação 1º de Maio

A redução da escala semanal de trabalho de 6 para 5 dias de trabalho e dois de folga com a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas ficarão na história como um dos momentos destacados das relações trabalhistas no Brasil.

O ambiente político/social em 2026 é propício à mudança. Pois convergem dois fatores: mais de dois terços da sociedade apoiam o fim da escala 6X1, e estamos em ano de eleições nacionais.

O fim da escala 6X1 tem

o apoio de 71% das pessoas, e apenas 27% se manifestam contra, segundo pesquisa Datafolha de março deste ano. O contingente maior de favoráveis está em

primeiro lugar entre os jovens e entre as mulheres, estas por razões óbvias resultantes da divisão de trabalho na sociedade que as onera mais do que os homens.

É verdade que nenhuma mudança trabalhista há de superar em importância a ocorrida há 138 anos: o fim legal da escravidão em nosso país.

Nem a reforma hoje prevista há de superar em importância o que ocorreu há 90 anos com a instituição do salário mínimo. Ou há 83 anos, com a entrada em vigor da CLT que estabeleceu entre outros avanços 8 horas diárias e 48 semanais.

No entanto, o ano de 2026 poderá ser comparado ao que aconteceu há 38 anos, quando a Constituição reduziu a jornada semanal para 44 horas.

A MAIORIA CONSERVADORA COLOCA PEDRAS NO CAMINHO

Sabe-se que a maioria do Congresso Nacional é conservadora, mas o pragmatismo pode falar mais alto que o conservadorismo. Quem lá está vai depender de voto para se eleger. Por isso, a forte pressão de grupos empresariais e políticos conservadores para que, no Senado, a tramitação da mudança já aprovada na Câmara fique para depois das eleições. Evidente a intenção de não referendar o texto da Câmara Federal. Há outras pedras no caminho, como os prazos longos para as alterações entrarem em vigor.

HÁ MAIS RAZÕES PARA A MUDANÇA NECESSÁRIA

Quando reclamam da falta de mão-de-obra, especialmente na construção civil, no comércio, nos serviços, na agricultura, os empresários sentem a resistência surda dos trabalhadores e trabalhadoras livres. Pois estes preferem derivar para a informalidade a se apresentar para as duras condições impostas para seu trabalho formal.

É QUESTÃO DE IGUALDADE O FIM DA ESCALA 6X1 E DAS 44 HORAS

Hoje, 53% dos brasileiros economicamente ativos trabalham até 5 dias na semana, segundo a recente pesquisa Datafolha. Reduzir a escala semanal passou a ser uma questão de igualdade para a outra quase metade da população ativa.

A maioria dos trabalhadores já cumpre uma jornada semanal de 40 horas. Reduzir para todos é uma questão de justiça. Inclusive para aquelas categorias que já trabalham 5 dias mas com uma adição de tempo para

completar as 44 horas. Ou que cumprem jornada de 12 horas de trabalho por 36 de folga com mais de 40 horas semanais.

ALERTA PARA MECANISMOS QUE EVITEM A REDUÇÃO DO SALÁRIO

O desejo da grande maioria é reduzir a escala e a jornada sem arrochar o salário. Mas, as mudanças sempre trazem possibilidades de burla à lei. Seria o caso de demissão dos atuais trabalhadores para contratar novos por menos.

Entra aí a importância dos sindicatos, que nos acordos coletivos conseguem o chamado 'piso da categoria'. Inclusive para quem recebe por hora. Para que ninguém receba menos do que aquele valor mínimo. Além disso, para evitar a erosão dos salários precisam comparecer também os fiscais do Ministério do Trabalho.



O setor de varejo é um dos que mais empregam com a escala 6x1, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio.
fonte: Canva Fotos

LEIA O TEXTO NA ÍNTEGRA NO SITE DA FUNDAÇÃO 1º DE MAIO



FAKE NEWS E ELEIÇÕES

EDUCAÇÃO DIGITAL COMO BANDEIRA PARTIDÁRIA



**Henrique Cardoso
Oliveira**
Cientista Político

A cada vez mais crescente acessibilidade aos meios de informação, bem como as plataformas digitais com interação e compartilhamento de conteúdo, conhecidas como Redes Sociais, deixaram de ser um fenômeno da revolucionária Era Digital e fixam-se como uma característica permanente da nossa sociedade. O que antes era um instrumento de conexões e interações interpessoais, transformou-se em uma constante e veloz rede de produção de informações. As redes sociais, hoje, são a principal fonte de informação de considerável parcela da população brasileira - uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e pelo Comitê Gestor da Internet no

Brasil (CGI.br), aponta que 72% dos entrevistados acessam informações diariamente por meio das redes sociais.

Estes dados evidenciam o poder e, consequentemente, a responsabilidade que as plataformas de geração de conteúdo, as redes sociais, bem como àqueles que fazem o papel de difusão de informações, os conhecidos influenciadores, têm com relação à construção de narrativas para a opinião pública.

Se por um lado, as redes e suas interseccionalidades e conectividades de certa forma aproximam as pessoas e geram informações de forma muito mais célere e constante, por outro lado elas acabam sendo utilizadas como mecanismo dinâmico que facilita a propagação de desinformações que manipulam a opinião pública.

A dinâmica das redes sociais, e demais plataformas digitais, é voltada à constante produção de conteúdo em busca do famigerado like, a despeito da veracidade dos fatos, ou mesmo a preocupação em contextualizá-los adequadamente para evitar desinformações. Se antes havia uma preocupação em se apurar a verdade dos fatos, esta fica em segundo plano diante da crescente busca pelas “viralizações” de conteúdo que, por vezes, ganham ainda mais amplitude quando o são de conteúdos falsos.

Esta poluição no ambiente digital acabou enveredando também para o campo político eleitoral, a partir do momento em que se observa a crescente do poder de influência que as redes sociais têm e com cada vez mais as campanhas e atuações políticas tendo um peso no campo digital.

Tornaram-se, portanto, as fake



news um instrumento espúrio nas tentativas de se controlar o debate público e, evidentemente, pôr em xeque quaisquer instituições, políticos ou partidos, adversários àqueles a quem delas se utilizam.

Neste sentido, a sociedade brasileira, seus representantes e suas instituições, têm o dever de buscar meios e soluções, tanto de forma individualizada, quanto de forma integrada, para se combater este fenômeno que, infelizmente, tem se alastrado por todo o país.

As fake news, em especial durante o processo democrático

mais importante que temos, que são as Eleições, são tão nocivas ao ponto de se revelarem uma verdadeira ameaça à democracia e à solidez de nossas instituições. Não podemos coadunar com a disseminação criminosa de informações, sejam textuais ou mesmo com a reprodução de vídeos e imagens, as chamadas deepfakes, cujo caráter seja exclusivamente de enganar o eleitor e manipular o debate público em torno de uma informação falsa amplamente divulgada.

Iniciativas de enfrentamento à fake news são fundamentais, mas precedem de políticas públicas que visem ao letramento digital da população brasileira; são ações que devem ocorrer paralelamente e de forma muito bem integrada. No âmbito da Justiça Eleitoral, diversas ações são tomadas no intuito de se combater este fenômeno, em especial durante o período eleitoral. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por meio de suas resoluções e audiências públicas - às quais reúnem especialistas, sociedade civil e partidos políticos - vem cumprindo seu dever institucional e compromisso com a democracia neste sentido. À Justiça Eleitoral brasileira tem sido atribuído o papel de ser um importante agente neste processo, reunindo demais instituições para este comprometimento público.

Na esfera Federal, o Ministério da Educação elaborou, em 2025, um documento orientador às escolas para auxiliar na implementação da Educação Digital e Midiática no currículo escolar. O intuito do documento, dentre outros pontos, é a formação de indivíduos com “capacidade de acessar, analisar, criar e participar de forma crítica no ambiente informacional e midiático, tanto físico quanto digital, promovendo um uso consciente das mídias. [...] englobando uma compreensão crítica das mensagens em seus diferentes meios e promovendo condições para discernir entre informações confiáveis e desinformação”.

No âmbito do Poder Legislativo, esse debate teve significativo avanço quando foi aprovado o projeto de lei, de iniciativa da Câmara dos Deputados, posteriormente transformado na lei que instituiu a PNED (Política Nacional de Educação Digital), em 2023. Atualmente, diversos projetos de lei têm tido avanço em sua tramitação e abordam justamente a questão da inclusão da educação digital, do letramento midiático, o que evidentemente contribui para este debate. É fundamental que a população brasileira, nas suas mais plurais camadas, tenha acesso a mecanismos de educação e letramento midiático e digital, principalmente para que se tornem menos propensas a serem público alvo das manipulações geradas pelas desinformações nas redes.

O compromisso democrático é um dever de todos, sociedade civil, seus representantes e todas as instituições, e este compromisso deve ser reforçado diariamente para que possamos aprimorar nossa democracia e defendê-la constantemente. As fakes news são uma realidade que, infelizmente, têm um poder de amplitude consideravelmente maior conforme avançamos no campo digital; é inegável o alcance e velocidade de disseminação deste tipo de conteúdo com desinformações. Portanto, é uma defesa à democracia combatê-las, não podemos, enquanto Estado Democrático de Direito, permitir germinar a erva daninha da desinformação que aflige nosso processo eleitoral. O fortalecimento democrático passa, também, pela educação digital da nossa população, para que esteja ciente e alerta aos conteúdos com desinformações e seja uma forte aliada nesse processo. Uma sociedade esclarecida e comprometida com a veracidade das informações contribui significativamente para o engrandecimento democrático do país.



RELÓGIO DO JUÍZO FINAL

POR QUE ESTAMOS EM CONTAGEM REGRESSIVA?

Maria Eduarda Moutinho

Analista de Com. da
Fundação 1º de Maio



O Relógio do Juízo Final, concebido em 1947 pelo Bulletin of the Atomic Scientists, transcende a função de um mero marcador cronológico para consolidar-se como um dos símbolos mais potentes. Surgido no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e no alvorecer da corrida armamentista, o dispositivo foi idealizado por cientistas que participaram do Projeto Manhattan, movidos pelo



Afastar os ponteiros da meia-noite depende da capacidade das lideranças mundiais de reconhecer que a sobrevivência é um esforço coletivo e indivisível. Mudanças políticas não são apenas medidas administrativas, mas imperativos morais.

imperativo ético de alertar a opinião pública sobre as consequências existenciais de suas próprias criações na era contemporânea. Desde então, o relógio funciona como um barômetro da vulnerabilidade global, traduzindo complexas tensões geopolíticas em uma metáfora visual universalmente compreensível: a proximidade da humanidade em relação à sua

própria extinção.

A estética do relógio, desenhada pela artista Martyl Langsdorf, foi estrategicamente projetada para evocar um senso de urgência sem precedentes. Ao utilizar o último quadrante de um mostrador, onde os ponteiros se aproximam da meia-noite, o símbolo comunica que o tempo para a diplomacia e a mitigação de riscos é finito. A "meia-noite" não representa um horário convencional, mas o ponto de ruptura irreversível: a aniquilação total por meio de catástrofes nucleares, climáticas ou tecnológicas. Essa carga simbólica impõe uma narrativa de responsabilidade coletiva, sugerindo que cada movimento dos ponteiros é um reflexo direto das decisões — ou omissões — das lideranças mundiais.

Historicamente, o ajuste dos minutos serviu para documentar os picos e vales da estabilidade internacional durante a Guerra Fria. Em 1953, após os primeiros testes de bombas de hidrogênio, o relógio marcou dois minutos para a meia-noite, sinalizando um perigo iminente. Em contraste, o otimismo do início da década de 1990, impulsionado pelo fim da União Soviética e a assinatura de tratados de redução de arsenais, permitiu que o ponteiro retrocedesse para dezessete minutos, o momento de maior segurança registrado na história do monitoramento. Essas oscilações demonstram que o relógio não é um vaticínio determinista, mas um diagnóstico dinâmico das condições de sobrevivência global.



Atualmente, a relevância do relógio reside na sua capacidade de evoluir para abranger novas ameaças que definem o século XXI. Embora a sombra nuclear permaneça como o pilar fundante, o Conselho de Ciência e Segurança do *Bulletin* incorporou as mudanças climáticas e as tecnologias disruptivas como vetores críticos de risco existencial. Ao manter o relógio em uma contagem regressiva sem precedentes nos últimos anos, a comunidade científica reafirma que a convergência de crises simultâneas exige uma governança global robusta e uma reavaliação imediata das políticas de segurança. O relógio, portanto, permanece como um sentinela intelectual, lembrando ao mundo que a segurança não é um estado estático, mas um esforço contínuo de preservação da civilização.

A proeminência da ameaça nuclear permanece como o eixo central de preocupação do *Bulletin*, servindo como o lembrete mais visceral da capacidade humana de autoaniquilação. Diferente de outros riscos existenciais de progressão gradual, o arsenal atômico representa uma vulnerabilidade de efeito imediato, onde a quebra de protocolos de segurança ou uma escalada retórica impensada pode desencadear consequências globais irreversíveis em questão de minutos. A modernização das armas nucleares pelas grandes potências e a erosão de mecanismos de controle, como a suspensão de inspeções e o abandono de tratados históricos, sinalizam um retorno alarmante a uma lógica de dissuasão que muitos acreditavam ter sido superada com o fim do século XX.

Nesse cenário de instabilidade, conflitos regionais contemporâneos atuam como catalisadores de um perigo latente. A guerra na Ucrânia, por exemplo, reintroduziu a possibilidade do uso de armas nucleares táticas no léxico diplomático, elevando a tensão entre a OTAN e a Rússia a níveis não vistos desde a Crise dos Mísseis em Cuba.

Paralelamente, a persistência de programas nucleares em Estados como a Coreia do Norte e as incertezas em torno do monitoramento das capacidades do Irã criam um ambiente de multipolaridade nuclear. Essa fragmentação do poder bélico dificulta a mediação internacional, uma vez que o equilíbrio de forças não depende mais apenas de dois blocos ideológicos, mas de uma rede complexa e imprevisível de atores estatais.

Além do risco de um confronto direto, a infraestrutura nuclear civil também se tornou um componente crítico da equação de segurança. O cerco e os ataques a usinas nucleares em zonas de combate demonstram que a tecnologia atômica, mesmo quando destinada a fins pacíficos, pode ser instrumentalizada como arma de chantagem ou sofrer danos colaterais catastróficos. Assim, o Relógio do Apocalipse reflete não apenas o número de ogivas prontas para o disparo, mas o colapso da confiança institucional e a fragilidade das salvaguardas que impedem que um erro técnico ou uma decisão política isolada encerre abruptamente o experimento da civilização humana.

A inclusão das mudanças climáticas como um fator determinante para o posicionamento dos ponteiros, a partir de 2007, marcou uma evolução crítica na percepção de risco existencial do Bulletin. Diferente da ameaça nuclear, que se manifesta em um evento disruptivo único, o colapso ambiental é uma catástrofe em câmara lenta, cujos efeitos já são mensuráveis através do aumento da temperatura global e da acidificação dos oceanos.

LEIA O TEXTO NA ÍNTEGRA NO SITE DA FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

LIDERANÇA FEMININA E RESILIÊNCIA

CONSTRUINDO AMBIENTES SEGUROS



Maria Eduarda Moutinho

Analista de Com. da
Fundação 1º de Maio



Silvia Gomes

Analista de Comunicação
do Solidariedade

A paisagem política brasileira, historicamente dominada por figuras masculinas, atravessa um momento de profunda reconfiguração.



Andrea Envalle e Samanta Costa no último módulo do Lidera+ 4ª Edição

“*As mulheres, na maioria das vezes, elas são dependentes desses narcisistas. O que procura essa mulher, que passa por essas dificuldades? Um alicerce! Quando se sente segura com qualquer pessoa que seja, para para conversar, se sente segura, ela denuncia. Então, o que a gente precisa é das mulheres se unirem e buscarem saber o que a outra mulher é e se está tudo bem com elas.*”

— Samanta Costa, Consultora da Fundação 1º de Maio

Mais do que a busca por representatividade numérica, a ascensão de lideranças femininas traz consigo um debate urgente: a necessidade de transformar o ambiente de poder em um espaço seguro, resiliente e livre de dinâmicas de manipulação.



Stella Autuori no último módulo do Lidera+ 4ª Edição

O caminho para uma mulher na política é, muitas vezes, pavimentado por desafios que vão além da disputa eleitoral. A violência política de gênero e as estruturas patriarcais criam barreiras invisíveis que exigem uma resiliência diferenciada. Nesse cenário, programas de formação como o Lidera+ surgem como ferramentas essenciais, não apenas para o ensino de estratégias de campanha, mas para o fortalecimento emocional e a criação de redes de proteção.

A resiliência feminina na política manifesta-se na capacidade de identificar e romper ciclos de dependência e silenciamento. Muitas vezes, o ambiente de poder replica dinâmicas de controle observadas em esferas privadas, onde a vulnerabilidade é explorada.

Durante os debates e vivências do programa Lidera+, participantes destacaram a importância de transformar a insegurança em ação coletiva. Um dos depoimentos colhidos reflete a necessidade de um suporte mútuo para que a denúncia e a voz feminina ganhem espaço. Essa busca por um "alicerce" é o que fundamenta a construção de ambientes seguros. Quando uma mulher se sente amparada por seus pares, a



Maria Izabel Simões no último módulo do Lidera+ 4ª Edição

estrutura de medo que sustenta lideranças autoritárias começa a ruir.

Outro ponto crucial na jornada da liderança feminina é a percepção de como o sistema tenta cooptar a força das mulheres para manter o *status quo*. A resiliência, aqui, traduz-se em consciência política para evitar ser "escudo" ou ferramenta de interesses que não contemplam a emancipação feminina.

Uma segunda integrante do programa Lidera+ alerta para a sofisticação das táticas de poder que buscam usar a imagem feminina de forma estratégica, sem conceder autonomia real.

A construção de uma nova política passa, obrigatoriamente, pela sensibilidade e pela coragem de mulheres que decidem ocupar seus espaços sem abrir mão de sua integridade. Ao priorizar a criação de ambientes seguros, essas líderes não estão apenas protegendo a si mesmas, mas pavimentando o caminho para que as próximas gerações não precisem ser apenas resilientes, mas que possam ser, plenamente, livres.

A união e a vigilância mútua, como apontado pelas vozes do Lidera+, são as chaves para que a presença feminina na política deixe de ser uma exceção resistente para se tornar a base de uma democracia verdadeiramente humana e segura.



Participante do Empodera+ segurando kit institucional.



Fundação 1º de Maio.

SOBRE A FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

A Fundação 1º de Maio é o braço de formação, pesquisa e formulação política do partido Solidariedade. Mais do que um centro de estudos, somos um espaço dinâmico, aberto e plural, criado com o propósito de aproximar a política da vida real das pessoas.

Acreditamos que a verdadeira transformação social nasce da união entre conhecimento técnico e escuta ativa. Por isso, promovemos cursos, debates e pesquisas que capacitam lideranças, qualificam o debate público e dão voz às demandas da sociedade.

Para nós, a boa política não se faz a portas fechadas: ela se constrói com diálogo, empatia e participação popular. Estamos aqui para fortalecer a democracia, construir propostas sólidas para o país e provar que a política pode, e deve, ser feita de um jeito diferente.

Nossa missão: transformar ideias em ações concretas para construir um Brasil mais justo, solidário e democrático.

“*Movido pelo desejo de aproximar a política dos cidadãos, este projeto redefine o papel da Fundação 1º de Maio. Mais do que o centro de estudos do Solidarietà, consolidamos aqui um canal aberto para o diálogo com a sociedade. Entendemos que a verdadeira política se faz unindo saber e escuta ativa. Nosso compromisso é claro: fortalecer a democracia e garantir que a voz da população seja o motor das nossas ações.*

- **Samanta Costa**, consultora da Fundação 1º de Maio

A Fundação opera como um centro de diálogo e aprendizado contínuo, com a missão central de contribuir para a construção de um país

mais justo, equitativo e próspero. Em 2026, visitamos o Brasil com nossos cursos de qualificação: Empodera+, Qualifica 2.0 e a nossa nova mentoria: Conexão Eleitoral. Estaremos sempre juntos com o mesmo propósito de fazer do nosso país um lugar melhor para todos.





NOTA

É com profundo pesar e respeito que entregamos a sétima edição da Revista da Fundação 1º de Maio. Mais do que uma publicação, este volume nasce como uma sincera homenagem ao nosso amado Sandoval Fernandes. Eterno amigo, companheiro leal, líder inspirador e pai exemplar, Sandoval foi e sempre será a alma da nossa instituição.

Ele foi o homem que, com sua dedicação e afeto, moldou a essência de tudo o que a Fundação 1º de Maio tem o orgulho e o prazer de ser hoje.

Sua liderança nos guia, seu companheirismo nos une e seu legado pulsa em cada página desta edição.

Dedicamos este trabalho à sua memória, com a certeza de que seu exemplo continuará vivo em nossos passos.

Diretoria

Andrea Envall
Presidente

André Albuquerque
Vice-presidente

Maria Izabel Simões
Diretora financeira

Diego Lucas dos Reis Costa
Vice-diretor financeiro

Stella Maria Autuori
Diretora-executiva

Adilson Borges
Diretor-executivo

Ariele Macedo
Diretora técnica

Elói Pietá
Diretor de projetos e
programas políticos

Sandoval Fernandes
In Memoriam



www.fundacao1demaio.org.br

Siga nossas redes sociais



SOLIDARIEDADE

www.solidariedade.org.br